



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
2002

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO DE 2002

Maceió, Alagoas, Brasil
Março de 2003



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2002

1 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Temos a satisfação de apresentar o Relatório da Administração da Companhia Energética de Alagoas – CEAL, referente ao exercício de 2002, em cumprimento de dispositivo legal.

O exercício de 2002 foi marcado, ainda, pelo racionamento, que perdurou por dois meses, aprofundando todos os problemas decorrentes de um mercado deprimido, com sérias conseqüências no campo comercial e financeiro. Nem o fim do racionamento permitiu que nossos clientes recobrassem, a confiança no abastecimento e a segurança de regras conhecidas e habituais de faturamento, pois as mudanças em seus hábitos de consumo, adquiridas no decorrer do racionamento, fizeram com que a energia consumida no exercício de 2002, fosse inferior em 4,4% ao do exercício de 1998.

No entanto, a despeito do mercado recessivo e dos problemas daí advindos, os efeitos decorrentes do desequilíbrio financeiro causado pelo racionamento foram sendo superados ao longo do ano. A Empresa novamente tornou-se adimplente para com a CHESF e para com o MAE e manteve em dia todos os seus compromissos com fornecedores. Devemos ressaltar que tudo isso foi alcançado com o decisivo apoio de nossa controladora, ELETROBRÁS, através de aporte de capital da ordem de R\$ 60,5 milhões. Porém, esse sucesso teve um alto custo: foram realizados investimentos aquém do necessário e as despesas com custeio continuaram sob forte contenção. Esses últimos fatos citados estão repercutindo negativamente em nossos índices de qualidade e confiabilidade.

Para a obtenção dos resultados acima referidos, a Administração buscou reduzir a inadimplência através da recuperação de créditos com ações enérgicas e eficazes de cobrança e corte, utilizando-se novas técnicas, como os mutirões de corte realizados nas principais cidades. Os resultados foram significativos, principalmente diante de um cenário nacional adverso, com tendência ao aumento da inadimplência e das perdas.

No entanto, para consolidarmos esse feito e melhorarmos nosso desempenho comercial, torna-se necessário um maior esforço e o dispêndio de maiores recursos ao longo do ano de 2003, principalmente na melhoria do sistema de distribuição e no programa de eliminação de consumidores clandestinos, para que possamos, efetivamente, reverter o quadro. No mesmo sentido é necessária a intensificação das ações junto ao Poder Judiciário no sentido de reverter decisões liminares em favor de consumidores inadimplentes.

Nesse contexto não se pode prescindir de uma ação mais eficaz por parte de todos os órgãos da empresa, no que diz respeito à melhor contratação de serviços e obras. Portanto, é fundamental o empenho da área administrativa na melhoria da sistemática de compras e contratações, de forma a obter um processamento mais ágil e preços e condições de pagamento mais vantajosos.

No campo financeiro, é relevante o fato de termos revertido o resultado do serviço, que em 2002 apresentou-se positivo em R\$ 5,3 milhões enquanto que em 2001 esse resultado foi negativo em R\$ 39,3 milhões. Destaca-se também a expressiva melhoria dos indicadores de liquidez apresentados, principalmente o índice de liquidez corrente que elevou-se de 0,75 em 2001 para 1,35 em 2002. Porém, mesmo com o aporte de capital já concedido pela ELETROBRÁS no exercício de 2002, é necessário uma melhor adequação do endividamento com alongamento de prazos e capitalização de dívidas. Esse novo perfil garantirá a gestão mais eficaz dos recursos de curto prazo, melhorando o fluxo de caixa e permitindo efetuar despesas necessárias à operação da empresa e a necessária contrapartida para os investimentos programados.

Na gestão de recursos humanos, tivemos significativos avanços, com uma programação agressiva de melhoria do nível de nossos profissionais e investimentos da ordem de R\$ 190 mil. Foram utilizados diversos instrumentos, como cursos de MBA executivo da Fundação Getúlio Vargas e



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2002

de Mestrado, com um total de 29 profissionais. A capacitação de nosso quadro médio e operacional foi de 11.514 homens-hora-aula.

Por fim, concluímos com os nossos agradecimentos aos acionistas da Empresa pelo apoio recebido, bem como ao seu corpo funcional, supridoras de energia, fornecedores e principalmente, aos seus clientes, pela excelente performance da CEAL diante da última pesquisa da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, quando nosso IAC – INDICE DE APROVAÇÃO DO CLIENTE alcançou 82,4 %, situando-se entre um dos melhores da região e do Brasil. Quando da primeira pesquisa, em 1999, estávamos com 56,6%. Este resultado deve-se ao excelente trabalho de nosso pessoal de atendimento e às campanhas de mídia implementadas com vistas ao esclarecimento de nossos clientes e a implantação de serviços mais eficientes e adequados.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2002

2 NÚMEROS CONSOLIDADOS

	1998	1999	2000	2001 ¹	2002
Receita operacional bruta - R\$ mil	229.402	243.706	276.539	318.071	335.911
Receita operacional líquida - R\$ mil	182.759	185.021	209.203	249.873	249.592
Despesas operacionais - R\$ mil	(162.050)	(173.096)	(181.006)	(289.208)	(244.235)
Resultado do serviço - R\$ mil	20.709	11.925	28.197	(39.335)	5.357
Lucro (prejuízo) líquido - R\$ mil	(38.012)	22.009	1.107	(55.193)	(26.862)
Número de ações - milhares	353.327	353.327	353.327	353.327	353.327
Lucro (prejuízo) líquido por ação - R\$	(0,1076)	0,0623	0,0031	(0,1562)	(0,0760)
LAJIDA ² - R\$ mil	32.397	28.022	45.099	(22.006)	23.349
Patrimônio líquido - R\$ mil	136.464	158.043	160.327	107.136	142.781
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	(27,9)	13,9	0,7	(51,5)	(18,8)
Total do ativo - R\$ mil	361.468	445.974	449.569	475.751	551.497
Margem do LAJIDA - %	17,7	15,1	21,6	(8,8)	9,4
Margem operacional - %	11,3	6,4	13,5	(15,7)	2,1
Margem líquida - %	(20,8)	11,9	0,5	(22,1)	(10,8)
Número de empregados	1.015	991	982	963	949
Número de clientes	524.419	537.974	558.390	591.039	610.968
Número de clientes por empregado	517	543	569	614	644
DEC - Duração equivalente de interrupção por consumidor (horas - média/ano)	33	31	35	28	30
FEC - Frequência equivalente de interrupção por consumidor (n.º de vezes - média/ano)	28	23	25	22	21
IAC - Índice de Aceitação do Cliente - %	-	56,6	70,9	76,8	82,4
Energia vendida - GWh	1.846	1.919	1.934	1.750	1.765
Residencial - GWh	654	662	664	574	563
Industrial - GWh	438	464	456	427	436
Comercial - GWh	320	336	355	318	322
Rural - GWh	100	103	92	100	107
Outras - GWh	297	316	326	297	321
Suprimento - GWh	37	38	41	34	16
Energia comprada - GWh	2.419	2.495	2.534	2.321	2.388
Perdas de energia - %	23,7	23,1	23,7	24,6	26,1
Frustração da Arrecadação - %	8,9	9,0	9,6	10,6	7,3

¹ 2001 foi reclassificado em função da adequação ao novo Plano de Contas setorial, vigente em 2002

² LAJIDA = Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2002

3 ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

3.1 GESTÃO DE PESSOAS

3.1.1 DESENVOLVIMENTO

O plano de desenvolvimento de seres humanos executado em 2002, incluiu além da capacitação técnica, cursos de pós graduação e incentivo à graduação universitária. O programa de treinamento realizado, resultou em 11.514 homens-hora treinados, significando uma média de 12 horas-aula/empregado-ano.

Encontram-se participando de cursos de pós graduação 29 empregados, incluindo participações em Gestão Empresarial, Administração de Recursos Humanos e Mestrado em Gestão com Especialização em Finanças.

No Programa de incentivo à graduação universitária, estão contemplados 36 empregados em cursos de Direito, Administração de Empresas, Engenharia Elétrica, Ciências Contábeis, Informática, Arquitetura e outros.

O investimento total nestes programas foi de R\$ 190 mil, o que representa R\$ 204 / empregado-ano.

3.1.2 SEGURANÇA E SAÚDE

A CEAL vem cumprindo as Normas Regulamentadoras advindas do Ministério do Trabalho e Emprego, no que se refere ao quadro de componentes do SESMT – Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho, aos equipamentos de proteção, à formação das CIPAS, aos exames médicos periódicos e às campanhas educativas.

Face ao alto índice de acidentes do trabalho registrados na Companhia, foi redefinida a Política de Segurança do Trabalho e foram realizados fóruns de discussão sobre medicina e segurança do trabalho com as lideranças na Capital e Interior do Estado, com vistas a garantir mais efetividade na prevenção de doenças e acidentes do trabalho.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2002

3.2 BALANÇO SOCIAL

1. Base de Cálculo		2002	2001
1.1 - Receita Líquida (RL)		249.592	249.872
1.2 - Lucro (Prejuízo) Operacional (LO)		5.357	(39.335)
1.3 - Folha de Pagamento Bruta (FPB)		29.154	29.810

2. Indicadores Sociais Internos	% Sobre			% Sobre		
	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
2.1 - Alimentação	2.227	41,57	0,89	1.435	-3,65	0,57
2.2 - Encargos Sociais Compulsórios	11.214	209,33	4,49	10.283	-26,14	4,12
2.3 - Previdência Privada	2.873	53,63	1,15	2.742	-6,97	1,10
2.4 - Saúde	2.113	39,44	0,85	1.934	-4,92	0,77
2.5 - Segurança, higiene e medicina do trabalho	175	3,27	0,07	331	-0,84	0,13
2.6 - Capacitação de desenvolvimento profissional	208	3,88	0,08	148	-0,38	0,06
2.7 - Auxílio Creche	317	5,92	0,13	227	-0,58	0,09
2.8 - Vale Transporte	183	3,42	0,07	166	-0,42	0,07
Total	19.310	360,46	7,74	17.266	-43,89	6,91

3. Indicadores Sociais Externos	Valor	% Sobre 1.2	% Sobre 1.1	Valor	% Sobre 1.2	% Sobre 1.1
3.1 - Contribuições e subvenções	139	2,59	0,06	19	-0,05	0,01
Total	139	0,68	0,06	19	-0,05	0,01

4. Indicadores Ambientais			
4.1 - Programa Social de Eletricidade Rural			
4.2 - Programa de Desenv. Tecnológico e industrial			

5. Indicadores do Corpo Funcional		
5.1 - Nº de empregados ao final do exercício	949	963
5.2 - Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	243	238
2º grau	620	634
1º grau	86	91
5.3 - Faixa etária dos empregados		
Abaixo dos 30 anos	0	0
De 30 até 45 anos (exclusive)	503	570
Acima de 45 anos	446	393
5.4 - Mulheres que trabalham na empresa	115	115
% de cargos gerenciais em relação ao total de mulheres	8,7	0,08
% de cargos gerenciais em relação ao total de cargos	21,3	0,2
5.5 - Negros e pardos	136	96
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n.º total de negros	4,4	0,03
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n.º total de gerentes	12,8	0,06
5.6 - Portadores de deficiência física	4	5
5.7 - Estagiários	51	37

6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
6.1 - Rel entre maior e menor remuneração	10,3	7,93
6.2 - Acidentes de trabalho	37	37



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2002

4 COMERCIALIZAÇÃO

4.1 INTRODUÇÃO

O ano foi marcado pelas regras do Acordo Geral do Setor, que estabeleceu procedimentos e condições especiais para o período do racionamento, e que vigoraram até 31 de dezembro de 2002.

Como fatos relevantes da comercialização de energia podemos citar a ressazonalização do Contrato Inicial, realizada no início do ano, que resultou em valores positivos para a CEAL. A realização do Leilão de energia elétrica promovido pelo MAE, foi outro fato importante para o aumento da margem de comercialização de energia da CEAL. Nesse Leilão a CEAL arrematou 94MW médios/ano, suficientes para que, junto com os Contratos Iniciais, completem seu suprimento para 2003. Essa compra de energia ao preço médio de R\$45,88/MWh, foi inferior aos preços médios de R\$48,21 e R\$46,20 do norte e do nordeste, o que propicia uma expectativa de aumento na margem de comercialização para 2003.

No que diz respeito as vendas de energia, dois fatos positivos merecem destaques. A diminuição da inadimplência dos consumidores e a reversão da tendência de crescimento das perdas totais.

A diminuição da inadimplência foi conseguida com a utilização de planos de corte de fornecimento dos consumidores devedores.

A reversão do crescimento das perdas totais foi conseguido através do incremento nas ações de fiscalização a consumidores com ligações irregulares e os com fraudes na utilização de energia.

A margem de comercialização de energia da CEAL em 2002, foi de R\$189.944mil, maior em 143,85% que o ano de 2001(R\$77.891mil).

4.2 SETOR ELÉTRICO NACIONAL

O ano de 2002 não foi um bom ano para o setor elétrico. Iniciou com os meses de janeiro e fevereiro ainda sob o impacto do racionamento de energia elétrica em importantes regiões do País, passou por negociações complicadas envolvendo os agentes do setor, ANEEL e Governo Federal. Iniciado o processo de revisão tarifária de dezessete distribuidoras.

Após o encerramento do racionamento, no final do mês de fevereiro, seus efeitos sobre o mercado de energia elétrica continuaram a ser sentido. Observou-se uma significativa redução do consumo com relação ao período imediatamente anterior ao racionamento.

As previsões são de que nos próximos anos o crescimento do consumo deverá situar-se abaixo daquele que estava previsto para acontecer, caso não tivesse havido o racionamento.

O ano de 2002, foi um ano atípico para o setor elétrico nacional, melhor que 2001, porém muito pior que todos os anos anteriores a 2001, desde meados da década de noventa(1995).

A retração do mercado, aliado a um programa de expansão da oferta desencadeado pelo Governo Federal, deverá levar o sistema a ter uma significativa sobra de energia nos próximos dois anos.

Os anos de 2001 e 2002, sob o efeito do racionamento de energia elétrica, vieram a realçar a necessidade de ajustes no atual modelo do setor elétrico nacional. O Governo Federal criou o Comitê de Revitalização do Modelo de Setor Elétrico. Como resultado dos trabalhos desenvolvidos por este Comitê, foram apresentados 4(quatro) relatórios propondo medidas para revitalização do Setor, sendo o último relatório apresentado em novembro/2002.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2002

Nos meses de Janeiro e fevereiro prevaleceu o “Acordo Geral do Setor”, no qual os agentes de distribuição e geração não reivindicaram uns aos outros quaisquer valores relativos as sobras dos montantes dos contratos iniciais ou equivalentes, produzindo-se o seguinte efeito prático: “Contrato inicial = Carga”, observado o limite do montante inicial contratado.

O período de março a dezembro foi contabilizado e calculado pelo MAE, segundo as Regras de Mercado, versão 3.0, e os desvios positivos para os agentes que ficaram subcontratados, foram liquidados a preço MAE, que neste período ficou num patamar médio mensal de R\$ 7,38/MWh (sete reais e trinta e oito centavos). Já os desvios negativos para os agentes que ficaram supercontratados, foram contabilizados e estão sendo liquidados até dezembro de 2002, conforme o Acordo Geral do Setor, que definiu o valor de R\$ 73,39/MWh (setenta e três reais e trinta e nove centavos), pelas sobras contratuais.

O Acordo Geral do Setor, foi assinado após seis meses de intensas negociações entre as duas principais entidades de representantes dos agentes, a ABRAGE (Associação Brasileira dos Grandes Geradores de Energia Elétrica) e a ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica). A lógica que norteou o Acordo foi a aplicação do princípio de equilíbrio econômico-financeiro, presente nos contratos de concessão.

Como parte deste Acordo, o Governo Federal, propôs uma Recomposição Tarifária Extraordinária, que resultou em um aumento de tarifa de energia de 2,9% (dois vírgula nove por cento), para consumidores residenciais, exceto os da classe Baixa Renda, e de 7,9% (sete vírgula nove por cento), para os demais consumidores (em setembro uma nova Resolução da ANEEL excluiu do aumento a classe rural). Para permitir a modicidade do aumento tarifário, o BNDES, concedeu financiamento às empresas (privadas)¹ em 90% do montante a ser recomposto num período máximo de 60 (sessenta) meses.

A ANEEL, homologou para a CEAL os valores a serem financiados pelo BNDES, referente a recomposição de receita durante o período de racionamento; sendo estes R\$ 27.442.234,96 (vinte e sete milhões quatrocentos e quarenta e dois mil duzentos e trinta e quatro reais e noventa e seis centavos), no período de 01/06/2001 à 31/12/2001 e R\$ 7.967.198,86 (sete milhões novecentos e sessenta e sete mil cento e noventa e oito reais e oitenta e seis centavos), no período de 01/01/2002 à 28/02/2002, perfazendo um total de R\$ 35.409.433,83 (trinta e cinco milhões quatrocentos e nove mil quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e três centavos).

A lei N.º 10.433 de 23/04/2002, promoveu a reestruturação do MAE, estabelecendo novo ordenamento legal. A Resolução da ANEEL N.º 102, de 01/03/2002, estabeleceu a Convenção de Mercado que tem por finalidade estabelecer o formato da governança do MAE e permitiu seu pleno funcionamento. Apesar do sério problema da formação dos preços da energia elétrica no mercado de curto prazo, o MAE conseguiu o melhor desempenho desde a sua primeira criação colocando em dia 25 (vinte cinco) meses de contabilizações atrasadas, e efetuando a liquidação condicionada a 50% (cinquenta por cento), do valor total deste período.

Outro fato relevante em 2002, foi a realização em 19 de setembro do leilão do MAE para venda da energia elétrica, liberada dos Contratos Iniciais das empresas geradoras sob controle do Governo Federal. Foram oferecidos cerca de 4.600MW médios para 2003. Foi arrematado o montante de 1.300MW médios, refletindo a situação de retração do mercado consumidor. Os preços de venda foram relativamente baixos, demonstrando a situação de excesso de oferta; estes preços ficaram na média de R\$48,21/MWh e R\$46,20/MWh para os submercados Norte e Nordeste, respectivamente. A média de preços para o país ficou em R\$50,11/MWh.

¹ O financiamento para as empresas federais, com é o caso da CEAL, ainda não foi autorizado pelo Ministério das Minas e Energia.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2002

A CEAL adquiriu dois contratos. Um com duração de dois anos de 11MW médios/ano, ao preço de R\$45,06/MWh e outro de quatro anos, com 83 MW médios/ano ao preço de R\$45,99/MWh.

A expectativa para o ano de 2003 é que os grupos de trabalho instituídos pelo Governo e pela ELETROBRÁS, sob a coordenação do MME, para propor soluções para os problemas que afetam o setor elétrico e iniciar o processo de reorganização, possa prever um planejamento que propicie um confiável atendimento ao mercado, focado em instrumentos regulatórios estáveis e duradouros, o que com certeza trará um ambiente confortável para os investidores públicos e privados.

4.3 COMERCIALIZAÇÃO NA CEAL

A Comercialização de energia elétrica de curto prazo no ano 2002, no período de março a dezembro, apresentou um desvio negativo em relação à energia inicialmente contratada na ordem de 21.882MWh equivalente a 0,85% do montante anual. Este desvio ocorreu em sua totalidade no período de março a dezembro.

No período entre janeiro e fevereiro foi verificada uma sobra nos contratos iniciais de 32.191MWh, que pelo “Acordo Geral do Setor Elétrico” foi devolvida a geradora, sem, no entanto gerarem resultados financeiros. Esta sobra de energia em relação aos Contratos Iniciais, deve-se ao fato de que no período acima mencionado ainda haver uma significativa redução no consumo, ocasionada pelo programa de racionamento instituído pelo Governo Federal e que finalizou em fevereiro/2002.

Ao mesmo tempo em que o racionamento em janeiro/fevereiro e seus reflexos durante o ano foi prejudicial ao faturamento e a arrecadação, foi benéfico no que diz respeito à exposição da CEAL ao mercado de curto prazo, pois a previsão antes do racionamento para o ano de 2002 era de uma exposição ao mercado de curto prazo, fato que não veio a acontecer. A CEAL teve uma sobra comercializada no MAE de 21.882MWh que conforme a sazonalização efetuada, gerou uma receita de R\$ 3.834.323,70.

Outro fato positivo a ser considerado foi a participação da CEAL no leilão do MAE, onde foi complementada a sua necessidade para 2003, ao menor preço e com maior aversão possível ao risco de exposição ao mercado spot. Os 94 MW médios para 2003, foram arrematados no leilão a CHESF.

A Diretoria Comercial da CEAL durante o ano de 2002 procurou intensificar e melhorar as ações de corte de fornecimento de energia elétrica dos consumidores inadimplentes com as suas contas de energia elétrica. O objetivo foi diminuir o índice de inadimplência, que é a relação entre o valor que deixa de ser pago pelo consumidor e o valor faturado durante o mês.

Os planos de cortes começaram a ser implementados em maio e prosseguiram durante todo o ano. Inicialmente se concentraram nos consumidores das classes residencial, comercial e industrial e nos dois últimos meses do ano concentrou-se nos consumidores dos poderes públicos municipais estaduais e federais. No mês de junho houve descontinuidade nos trabalhos devido à greve dos funcionários.

Em média foram realizados 25.000 cortes de fornecimento por mês até abril. Nos outros meses, excetuando-se junho, foram realizados em média 34.000 cortes.

Como consequência deste trabalho, o índice de inadimplência que até abril situou-se em torno de 10 %, caiu para 7% a partir de maio, excetuando-se junho, representando um acréscimo de R\$ 900 mil por mês na arrecadação.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2002

Deve-se levar em consideração que existem grandes consumidores de energia que possuem liminares da justiça para não serem cortados e que não pagam suas faturas de energia. Estes consumidores representam cerca de 3% da inadimplência.

Conseqüentemente, o volume total da inadimplência passou a crescer menos. A sua diminuição só seria possível se o índice de inadimplência passasse a ser negativo. Obter este resultado é muito difícil, não só por conta das liminares como também por conta da dificuldade de um grande conjunto de consumidores em honrarem seus compromissos. No Estado de Alagoas tem havido aumento do desemprego, diminuição da renda e estagnação das vendas do comércio. Além disso, houve substancial aumento tarifário nos últimos anos.

Também procurou combater um dos mais graves problemas da CEAL que é o elevado nível das perdas técnicas e comerciais. Durante o ano de 2001 e até maio de 2002 houve um substancial aumento neste índice chegando a 27,32% em junho de 2002.

Para a diminuição das perdas comerciais foram tomadas ações, com a participação da DT, sendo a principal a intensificação da fiscalização dos fraudadores: foram realizadas durante o ano cerca de 6400 fiscalizações havendo cerca de 2600 autuações. Portanto, 40% dos consumidores fiscalizados praticaram fraude, um índice bastante elevado. Além de aumentar o número, programas de fiscalização específicos voltados para as classes de consumidores de comércio e serviço foram realizados, chegando ao índice de 45%. Como resultado direto houve a negociação de 6436 mil KWh com a correspondente recuperação de R\$ 1.569 mil.

Outras ações como retirada de iluminação de fachada sem medição, corte dos auto-religados e campanha de Marketinz foram realizadas. Estas ações são ainda insuficientes para provocar uma substancial diminuição das perdas. Para aumentar a quantidade e a qualidade das ações, torna-se imprescindível triplicar o número de turmas de fiscalização, que hoje são em números de treze, bem como qualificar e normatizar o serviço de fiscalização envolvendo as equipes técnicas e as equipes de apoio necessárias. Para obtenção destes resultados torna-se imprescindível um volume de dotação orçamentária maior do que aquele previsto no orçamento do ano de 2002.

Embora as ações não tenham sido suficientes conseguiu-se ao final de 2002 reduzir o índice de perdas para 26,12%. Esta redução representa, em bases mensais, um aumento de faturamento cerca de R\$ 340.000,00.

A energia injetada no sistema CEAL pelos PIE's (Produtores Independentes de Energia Elétrica) foi de 40.560 MWh, sendo que 10,81%(4.387 MWh) desta energia foi adquirida pela CEAL. O restante foi comercializada pelos cogeneradores com a Guaraniana Comércio e Serviços – GCS do Grupo Iberdrola. Estes PIE's contrataram com a CEAL apenas o Uso e Conexão ao sistema de distribuição.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2002

Tabela 2 - Montantes de energia elétrica Comercializada pela CEAL (MWh)

ITENS	2001-R	2002-R	(%)
COMPRA DE ENERGIA			
Energia Contrato Inicial	2.521.679	2.545.976	0,96%
Energia Contrato Bilateral CHESF	84.070	-	-
Energia Contrato Bilateral Caeté	4.529	3.630	(19,85)%
Energia Contrato Bilateral Cinal	2.171	757	(65,13)%
Energia Contrato Bilateral Uruba	2.532	-	-
Energia Contrato Bilateral Guaxuma	2.081	-	-
Energia Contrato Bilateral Santa Clotilde	576	-	-
Energia Contrato Bilateral Roçadinho	499	-	-
Total Contratos Bilateral	96.458	4.387	(95,45)%
Energia Comprada no MAE	22.632	27.239	20,35%
Total da Energia Comprada	2.640.769	2.581.989	(2,22)%
VENDA DE ENERGIA			
Energia Contrato Inicial de Vendas CELPE	46.822	46.822	-
Energia Contrato Bilateral	-	-	-
Energia Vendida no MAE	9.509	53.508	462,7%
Energia Vendida de Fornecimento	1.716.664	1.748.543	1,86%
Total da Energia Vendida	1.772.995	1.848.873	4,28%
Sobras Energia Contratadas (Acordo Setor)	216.131	32.191	(85,11)%
Total Líquido Curto Prazo	109.581	(21.882)	-
Perda Sistema CEAL	570.303	623.846	9,39%
Perda SIN	70.732	88.927	25,72%

Fontes:

Relatório de Contabilização MAE Jan-Dez/2001 e Jan-Dez/2002.

SIN – Sistema Elétrico Interligado Nacional

Total Líquido de Curto Prazo – Compras menos vendas dos contratos bilaterais e MAE

2001-Realizado (Dados disponibilizados em relatórios do MAE).

2002-Realizado (Dados disponibilizados em relatórios do MAE).

Tabela 3 - Montantes de energia elétrica Comercializada pela CEAL (R\$)

ITENS	2001-R	2002-R	(%)
Energia Contrato Inicial (CHESF, CELPE e ENERGIPE)	74.747.956,79	86.145.030,45	15,25%
Demanda Contrato Inicial (CHESF, CELPE e ENERGIPE)	16.836.316,00	19.390.594,87	15,17%
Encargos de Uso e Conexão do Sistema na Compra de energia	19.493.807,02	23.557.900,38	20,85%
Compras de Contrato Bilateral	21.359.043,18	185.301,21	(99,13)%
Compras no MAE	2.760.819,03	158.744,37	(94,25)%
TOTAL Compras	135.197.942,02	129.437.571,28	(4,26)%
Energia Vendida CELPE	1.035.709,91	1.164.306,17	12,42%
Demanda Vendida CELPE	934.955,85	1.051.248,12	12,43%
Encargos de Uso e Conexão do Sistema na Venda de Energia	177.391,96	638.849,89	260,13%
Vendas em Contrato Bilateral	-	-	-
Vendas no MAE	3.323.809,09	3.834.323,70	15,35%
Venda Fornecimento Mercado Cativo	207.617.567,49	312.693.087,26	50,61%
TOTAL Vendas	213.089.434,30	319.381.815,14	49,88%
Margem Líquida de Contribuição	1,576	2,467	-
Margem Líquida de Comercialização	77.891.492,28	189.944.243,86	143,85%
Total Líquido Curto Prazo	(20.796.053,12)	3.490.278,12	-

Total Líquido de Curto Prazo = (Vendas do MAE + Vendas Contratos Bilaterais) – (Compras dos Contratos Bilaterais e MAE)



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2002

4.3.1 AÇÕES RELEVANTES

No ano de 2002 foram desenvolvidas ações visando minimizar a exposição da CEAL no MAE dentre as quais ressaltamos:

- Sazonalização de 284MW médios, equivalente a 100% do Contrato Inicial com a CHESF;
- Participação do leilão do MAE, adquirindo 94MW médios para cobrir nossa necessidade em 2003;
- A CEAL adquiriu dos PIE's (Produtores Independentes de Energia Elétrica) de Alagoas 4.387MWh para atendimento ao seu mercado, minimizando sua exposição e melhorando sua margem.

4.4 MERCADO DA CEAL

4.4.1 CLIENTES

No ano de 2002 foram incorporadas ao sistema 19.927 novas unidades consumidoras, que

Tabela 4 - Unidades Consumidoras por classe, e taxa de crescimento anual (%), de 1998 a 2002.

Classe de Consumo	1998		1999		2000		2001		2002	
		%		%		%		%		%
Residencial	472.150	2,9	483.479	2,4	503.522	4,1	531.945	5,6	551.662	3,7
Industrial	1.914	0,4	1.968	2,8	1.957	-0,6	2.269	15,9	2.447	7,8
Comercial	38.122	1,4	38.957	2,2	38.997	0,1	41.863	7,4	41.254	-1,5
Rural	6.292	4,5	7.313	16,2	7.594	3,8	8.257	8,7	8.509	3,1
Poder Público	5.491	4,6	5.687	3,6	5.841	2,7	6.108	4,6	6.420	5,1
Iluminação Pública	101	0,0	200	0,0	102	0,0	124	2,2	132	6,5
Serviços Públicos	349	18,3	370	6,0	377	1,9	473	25,5	544	15,0
Consumo Próprio	122	20,8	131	7,4	139	6,1	143	2,9	141	-1,4
TOTAL	524.541	2,9	538.105	2,6	558.529	3,8	591.182	5,8	611.109	3,4

Fonte: Mercado CEAL

corresponde a um crescimento de 3,4% em relação a 2001. A CEAL passou a atender na sua área de concessão 611.109 unidades consumidoras, com um crescimento no fornecimento para o consumo final de 1,86%; as perdas mantiveram-se no patamar de 26,12%, apesar de no mês de julho ter alcançado o valor de 27,32%.

4.4.2 CONSUMO E PARTICIPAÇÃO DAS CLASSES NO CONSUMO

O consumo total da CEAL, em 2002, foi de 1.764.369 MWh, correspondendo a um crescimento de 0,8% em relação a 2001. O fornecimento ao consumidor final na área de concessão da CEAL foi de 1.748.544 MWh, correspondendo a um acréscimo de 31.880 MWh, percentualmente 1,86% em relação ao ano de 2001. A participação no consumo dos segmentos de mercado (Tabela 5) continuaram bem próximas ao ano de 2001, havendo pequenas diferenças referentes a dinâmica do mercado e também como resultado de recadastramento de consumidores durante o ano. A Classe Residencial continua como o segmento de maior participação com 31,9%. A Classe Industrial e a Classe Comercial vem logo em seguida com 24,7% e 18,3%, respectivamente. O consumo do setor rural representou apenas 6,0% do consumo total, e as outras classes restantes (Poderes Públicos, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio), 18,1%. O suprimento à Celpe teve a sua participação reduzida de 2,0% em 2001 para 0,9% em 2002, uma vez que a CEAL deixou de suprir a subestação de Águas Belas (PE), a partir de março. Nas tabelas seguintes mostra-se o consumo de energia elétrica e seus respectivos crescimentos.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2002

Tabela 5 - Consumo e participação das classes por segmento de mercado:

Classe de Consumo	1998 MWh	%	1999 MWh	%	2000 MWh	%	2001 MWh	%	2002 MWh	%
Residencial	654.121	35,4	662.169	34,5	664.054	34,3	573.282	32,7	563.401	31,9
Industrial	438.081	23,7	464.100	24,2	456.904	23,6	427.270	24,4	436.144	24,7
Comercial	319.679	17,3	335.721	17,5	354.989	18,4	317.793	18,2	322.182	18,3
Rural	100.292	5,4	102.994	5,4	92.429	4,8	100.426	5,7	106.694	6,0
Poderes Públicos	78.474	4,3	85.162	4,4	85.556	4,4	77.005	4,4	82.306	4,7
Iluminação Pública	108.735	5,9	105.640	5,5	109.609	5,7	94.868	5,4	108.192	6,1
Serviços Públicos	105.535	5,7	122.335	6,4	126.034	6,5	122.537	7,0	126.302	7,2
Consumo Próprio	4.465	0,2	2.779	0,1	3.815	0,2	3.483	0,2	3.323	0,2
Fornecimento	1.809.382	98,0	1.880.900	98,0	1.893.390	97,9	1.716.664	98,0	1.748.544	99,1
Suprimento à Celpe	36.977	2,0	38.248	2,0	40.856	2,1	34.148	2,0	15.825	0,9
TOTAL VENDAS	1.846.359	100	1.919.148	100	1.934.246	100	1.750.812	100	1.764.369	100

Fonte: Mercado CEAL

Gráfico 2 – Consumo por segmento de mercado em 2002 (%)

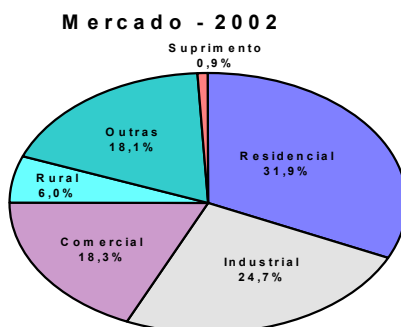


Tabela 6 - Taxas de crescimento anuais do consumo de energia (%)

Classe de Consumo	1998	1999	2000	2001	2002
Residencial	6,37	1,23	0,28	-13,67	-1,72
Industrial	5,05	5,94	-1,55	-6,46	2,08
Comercial	12,53	5,02	5,74	-10,47	1,38
Rural	23,76	2,69	-10,26	8,65	6,24
Poderes Públicos	27,41	8,52	0,46	-10,00	6,88
Iluminação Pública	1,52	-2,85	3,76	-13,45	14,04
Serviços Públicos	18,93	15,92	3,02	-2,77	3,07
Consumo Próprio	22,19	-37,76	37,28	-8,70	-4,59
Fornecimento	9,12	3,95	0,66	-9,33	1,86
Suprimento à Celpe	24,28	3,44	6,82	-16,42	-53,66
TOTAL VENDAS	9,39	3,94	0,79	-9,48	0,77

Fonte: Mercado CEAL



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2002

Tabela 7 – Consumo médio mensal de energia por unidade consumidora (kWh/UC)
(base consumidores no mês de dezembro)

Classe de Consumo	1998	1999	2000	2001	2002
Residencial	115,5	114,1	109,9	89,81	85,11
Industrial	19.073,5	19.651,9	19.456,0	15.697,41	14.853,02
Comercial	698,8	718,1	758,6	632,6	650,81
Rural	1.328,3	1.173,6	1.014,3	1.013,5	1.044,91
Poder Público	1.190,9	1.247,9	1.220,6	1.050,6	1.068,35
Iluminação Pública	89.715,3	44.016,7	89.549,8	63.755,4	68.303,03
Serviços Públicos	25.199,4	27.552,9	27.859,0	21.588,6	19.347,73
Consumo Próprio	3.049,9	1.767,8	2.287,2	2.029,7	1.963,95
TOTAL	293,3	297,2	288,6	242,0	238,44

Fonte: Mercado CEAL

Tabela 8– Comparativo do crescimento da CEAL no mercado faturado (GWh)

Regiões	1998	1999	2000	2001	2002	Cresc. Anual
Brasil	284.709	290.975	305.570	283.798	290.466(*)	2,3 %
Nordeste	46.103	47.305	49.462	45.228	47.334(*)	4,7 %
CEAL	1.809	1.881	1.893	1.717	1.749	1,8 %

Fonte: Mercado CEAL

(*) – DEMR/Eletróbrás (Valores provisórios)

Consumo Firme é o consumo de energia menos a Classe Suprimento.

Tabela 9 – Consumo da Classe Residencial Baixa Tensão e Residencial Baixa Renda

Faixa de Consumo (kWh)	Classe Residencial – Baixa Tensão		Classe Residencial Baixa Renda			
	Unidades Consumidoras	Consumo (MWh)	Unidades Consumidoras	Quant. Part. %	Consumo (MWh)	Quantidades Part. %
01 a 30	163.556	52.693	112.673	68,9	16.619	31,5
31 a 100	256.967	191.467	140.559	54,7	37.838	19,8
101 a 140	59.458	74.978	8.857	14,9	4.725	6,3
> 140	71.664	238.274	-	-	-	-
Total	551.645	557.412	262.089	47,5	59.182	10,6

Fonte: Mercado CEAL

4.5 COMENTÁRIOS SOBRE O MERCADO ANO 2002

O fornecimento ao consumidor final obteve um crescimento de 1,86% em relação a 2001, ficando 7,3% abaixo do previsto no SIMPLES 2002. O montante do consumo realizado este ano equiparase ao realizado entre os anos de 1997 e 1998. A incerteza de como seria a retomada do crescimento do mercado, após as medidas de racionalização e combate ao desperdício, impostas no período do racionamento de energia, tornaram difícil uma previsão mais precisa.

CLASSE RESIDENCIAL

Este segmento teve uma participação de 31,9% no mercado, tendo uma pequena queda de 0,8% em relação a 2001. Neste ano o consumo residencial decresceu 1,72% em relação a 2001, ficando 12,98% abaixo da previsão do SIMPLES 2002. Esta classe, excetuando o Consumo Próprio que tem uma participação muito pequena, foi a única que fechou o ano com decréscimo, mostrando que os hábitos de conservação de energia e combate ao desperdício, aprendidos durante o período do racionamento de energia, continuam bem enraizados até os dias atuais, e ainda continuarão por um bom período de tempo. É claro que o aumento nas tarifas ajudaram sobremaneira no controle do consumo residencial.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2002

CLASSE INDUSTRIAL

O setor industrial participou no mercado com 24,7%, representando um acréscimo de 0,3% em relação ao ano anterior. Neste ano o consumo industrial cresceu 2,08% em relação a 2001, ficando ainda 2,23% abaixo do previsto no SIMPLES 2002. Analisando as dez maiores unidades consumidoras deste segmento, que juntas representam 64,1% do consumo da classe industrial, verifica-se que houve uma redução no consumo de 0,89% em relação ao ano de 2001, enquanto as demais unidades consumidoras do setor cresceram o consumo em 7,83%. As unidades consumidoras deste grupo especial que mais contribuíram com a queda no consumo foram a Petrobrás (Furado e Pilar), Fábrica de Cimento Atol, e Fábrica da Pedra. Esses grandes consumidores passaram a adotar normalmente os hábitos de conservação de energia adquiridos no período do racionamento, seja retirando carga no horário de ponta, ou quando não possível, produzindo sua própria energia nesse horário. Entre esses grandes consumidores temos também a Casal que, apesar de não ser considerado um consumidor da classe Industrial, está enquadrado dentro dos 10 maiores, e verificamos que a mesma reduziu consideravelmente o consumo nas estações elevatórias das adutoras do Agreste, Sertão e algumas estações elevatórias da capital.

O segmento da indústria sucro-alcooleira supre suas necessidades através de autoprodução de energia elétrica do bagaço de cana, deixando de incorporar ao mercado consumidor da CEAL carga significativa. O excedente de cogeração desse segmento e a empresa Cinal totalizou 40.560,68 MWh; desse total a CEAL comprou 4.387,37 MWh através de contrato bilateral, sendo os restantes 36.173,31 MWh negociados pelos cogeneradores diretamente para Guaraniana, comercializadora do Grupo Iberdrola..

CLASSE COMERCIAL

A classe comercial e serviços teve uma participação no mercado de 18,3%, quase que igual a 2001. Neste ano esta classe cresceu 1,38% em relação a 2001, ficando 8,98% abaixo do previsto no SIMPLES 2002. O crescimento no consumo dessa classe, inferior ao da classe industrial, justifica-se por ter dependência direta com o poder aquisitivo da classe residencial, que foi a que mais reprimiu o consumo.

CLASSE RURAL

A classe rural, com uma participação de 6,0% no mercado, cresceu 0,3% em relação a 2001. No consumo, esta classe teve um crescimento de 6,24% em relação ao ano passado, ficando quase igual ao previsto do SIMPLES 2002. Esse razoável crescimento da classe rural se deve a que foi uma classe que praticamente ficou fora das restrições de consumo no período do racionamento de energia, e também livre de encargos tarifários extras ao reajuste anual de tarifas.

OUTRAS CLASSES

As classes Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio participaram com 18,2% no mercado da CEAL, com um crescimento de 1,2% em relação a 2001. Neste ano o consumo dessas classes cresceu 7,46% em relação a 2001, ficando ainda 3,32% abaixo do previsto no SIMPLES 2002. Dessas classes, a que mais cresceu foi a Iluminação Pública, com 14,04%, isso porque durante o período do racionamento, em 2001, foi a classe mais exigida na restrição do consumo.

SUPRIMENTO

A CEAL supre em 69 kV duas subestações da Celpe, em Pernambuco, nos municípios de Águas Belas e Correntes, e alguns pontos isolados em 13,8 kV. O decréscimo de 53,66% nessa atividade se deve, conforme já explicado anteriormente, a que a CEAL deixou de suprir a Subestação de Águas Belas, a partir de março de 2002.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2002

4.6 EVOLUÇÃO DAS COMPRAS DE ENERGIA ELÉTRICA

A tabela a seguir apresenta a evolução das compras de energia elétrica da CEAL, desde 1998. Estão demonstrados os montantes de energia verificados e contratados, bem como a participação de cada supridor no total.

Tabela 10 – Evolução das Compras de Energia Elétrica (MWh)

Fontes	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Energia Verificada	2.419.051	100	2.494.989	100	2.533.659	100	2.321.115	100	2.388.215	100
CHESF	2.361.168	97,6	2.433.850	97,6	2.471.250	97,5	2.229.536	96,1	2.285.776	95,7
CELPE	24.926	1,0	25.130	1,0	25.384	1,0	24.439	1,1	24.742	1,0
ENERGIPE	32.957	1,4	36.009	1,4	37.025	1,5	35.984	1,5	35.806	1,5
COGERAÇÃO	-	-	-	-	-	-	31.156	1,3	40.560	1,7
EBE-Energia de Teste	-	-	-	-	-	-	-	-	1.331	0,1
Energia Contratada	2.419.051	100	2.537.776	100	2.616.824	100	2.629.649	100	2.577.603	100
CHESF	2.361.168	97,6	2.257.015	88,9	2.538.576	97,0	2.453.845	93,3	2.478.143	96,2
CELPE	24.926	1,0	25.130	1,0	25.385	1,0	30.894	1,2	30.894	1,2
ENERGIPE	32.957	1,4	36.009	1,4	37.024	1,4	36.940	1,4	36.940	1,4
Curto Prazo*			219.622	8,7	16.197	0,6	107.969	4,1	31.626	1,2
Perdas CEAL	572.692	23,7	575.841	23,1	599.413	23,7	570.126	24,6	623.846	26,1
Perdas SIN			43.142	1,7	91.589	3,5	70.732	3,0	88.927	3,0

Fonte: Mercado CEAL

* Curto Prazo = Transações líquidas do Mercado Atacadista de Energia e Contratos Bilaterais com Cogeneradores

Perdas CEAL - Diferença entre as Compras Verificadas e as Vendas, sem as Perdas do SIN.

Perdas SIN – Rateio calculado pelo MAE referente as diferenças entre a energia gerada e as compras.

4.7 DADOS REALIZADOS DE PREÇOS E TARIFAS

4.7.1 PREÇOS

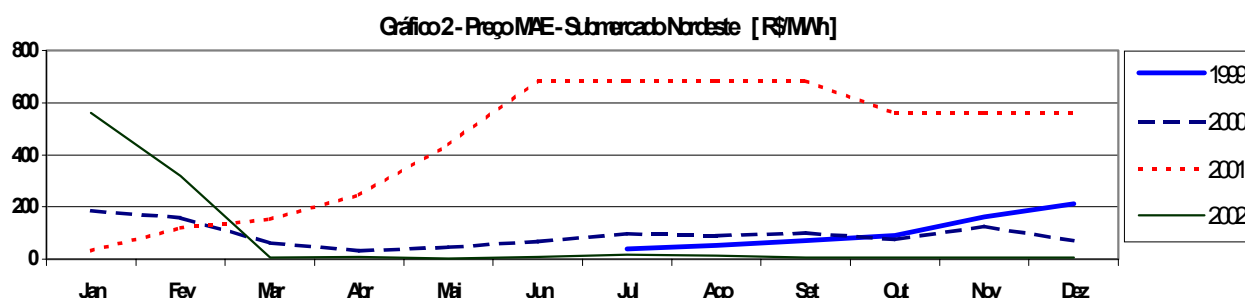
O principal preço em foco no mercado de energia elétrica é o preço MAE, calculado com base no custo do déficit, e utilizado nas transações de compra e venda de energia no mercado livre. Até o mês de fevereiro de 2002 esse preço sofreu a influência do Programa de Racionamento de Energia, e com o fim do racionamento a partir de março, o preço passou a patamares baixos, uma vez que não mais existia o risco do déficit e as empresas encontravam-se contratadas, a partir das medidas implementadas pelo Governo federal. Contando com os dois meses do racionameneto, o preço médio MAE em 2002 ficou em torno de R\$ 80,00/MWh; e, com a saída do racionamento, a partir de março, esse preço médio cai para um pouco mais de R\$ 7,00/MWh.

Tabela 11 – Preços MAE (Mercado Atacadista de Energia).

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
1999							38,02	52,05	71,47	90,75	161,10	211,22	104,10
2000	187,	158,55	63,93	33,30	47,84	69,51	99,53	89,72	101,49	76,07	127,30	72,16	93,92
2001	33,8	121,47	154,21	247,35	440,99	684,00	684,00	684,00	684,00	562,15	562,15	562,15	451,70
2002	562,	319,41	5,55*	7,34*	4,10*	7,15*	16,59*	13,86*	5,54*	4,47*	6,20*	5,12*	79,79



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2002



Fonte: MAE
* Média mensal dos preços semanais.

4.7.2 TARIFAS

Durante o ano de 2002 o reajuste nas tarifas de fornecimento foi de 19,3%.

Este reajuste foi resultado do Reajuste Tarifário Anual (IRT) de 14,25%, homologado pela ANEEL através da Resolução n.º 467 de 27/08/02, mais a Recomposição Tarifária Extraordinária através da Resolução n.º 609 de 21/12/2001 e com validade a partir de 27/12/2001. Ao se levar em consideração o suprimento de energia à CELPE, o aumento tarifário total para as vendas em 2002 foi de 19,2%. A tabela a seguir ilustra a evolução das tarifas médias de venda por classe de consumo.

Tabela 12 - Tarifas médias por classe (R\$/MWh faturado sem ICMS)

Classes	1998	1999	2000	2001	2002	Δ%
Residencial	129,95	134,84	145,42	161,27	180,54	11,9
Industrial	69,48	69,96	76,75	84,77	108,45	27,9
Comercial	109,27	112,92	120,65	135,62	169,61	25,2
Rural	68,53	70,07	79,42	83,28	102,85	23,5
Poder público	106,55	105,44	116,63	129,55	168,97	30,4
Iluminação pública	68,13	79,36	80,76	84,99	106,01	24,7
Serviço público	66,62	61,94	65,51	72,94	92,04	26,2
Fornecimento	99,82	102,22	110,67	120,94	144,24	19,3
Suprimento à Celpe	34,59	37,48	39,48	42,02	47,32	12,6
Total Vendas	98,52	100,93	109,17	118,89	141,72	19,2

Fonte: Mercado CEAL

Conforme podemos ver na tabela 12, a classe Residencial ficou com um acréscimo tarifário (2002/2001) de cerca da metade das outras classes (11,9%). Isto se deve à reclassificação do consumidor Baixa Renda, aplicada a partir de setembro, conforme Resoluções ANEEL n.ºs 246 de 30/04/02 e 485 de 29/08/02.

No gráfico a seguir, é mostrado a evolução das tarifas médias anuais de Venda e Compra. Na tarifa média de Compra (TMC) estão considerados os encargos de Conexão e Transmissão.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2002

Gráfico 3 - Tarifas Médias [R\$/MWh]

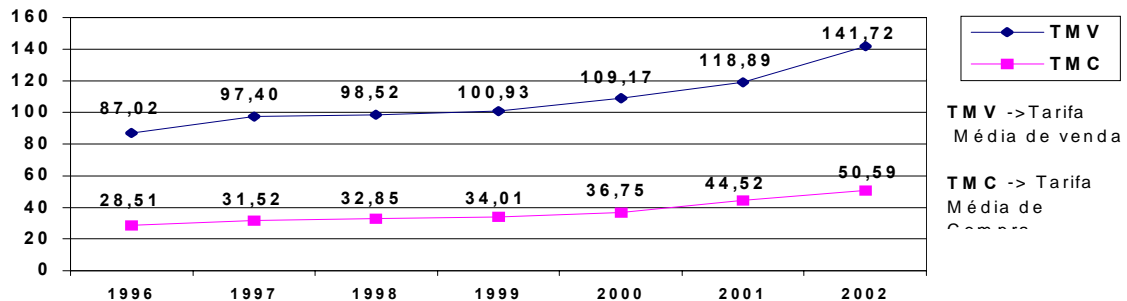


Tabela 10- Margem de Comercialização sem ICMS (R\$/MWh)

	1998	1999	2000	2001	2002
Tarifa média de venda (TV)	98,52	100,93	109,17	118,89	141,72
Tarifa média de compra (TC)	32,85	34,01	36,95	44,52	50,59
Margem Tarifária (TV-TC)	65,67	66,92	72,22	74,37	91,13
Margem Tarifária (TV/TC)	3,00	2,97	2,95	2,67	2,80

Fonte: Mercado CEAL

5 ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

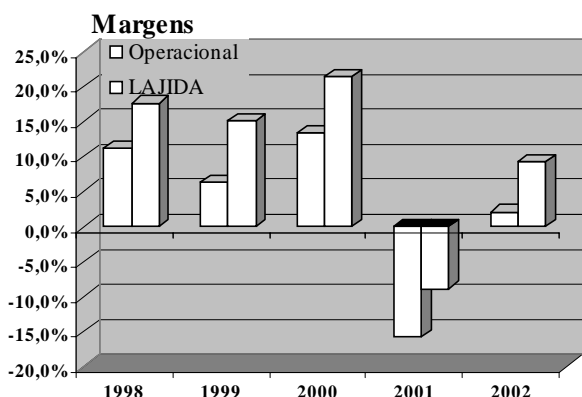
Após o fim do período de racionamento, que atingiu os dois primeiros meses do ano de 2002, o setor elétrico iniciou um processo de busca da recuperação do seu mercado. Por força do hábito de economizar, por parte dos consumidores, todo o segmento continuou ressentindo-se dos baixos níveis de consumo, retardando a retomada do crescimento.

As conseqüências do período de racionamento, com redução de receitas advindas das metas estabelecidas aos nossos consumidores pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE e custos fixos operacionais permanecendo nos patamares normais de operação, ainda foram refletidas nos números de 2002, apesar de observamos indícios de recuperação econômico-financeira.

Para a CEAL, ao analisarmos os resultados dos últimos cinco anos, podemos destacar que o exercício de 2002 está caracterizado pela retomada de alguns números com sinalizações positivas para a saúde da empresa.

5.1 MARGENS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Nos últimos cinco anos, a CEAL vem apresentando margem operacional positiva, a exceção do ano de 2001 (racionamento), bem como o LAJIDA – lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização. Em 2002, a margem operacional foi de 2,1% e LAJIDA de 9,4%, números inferiores aos de anos passados, porém bastante significativos em relação ao exercício anterior, cujos percentuais foram negativos.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2002

Apesar da CEAL, no exercício de 2002, ainda apresentar um prejuízo de R\$ 26,9 milhões, correspondendo a uma redução de 51% do resultado do exercício anterior, operacionalmente conseguiu um resultado positivo de R\$ 5,3 milhões, em que pesem as já comentadas dificuldades do mercado.



Contribuiu para a obtenção desse resultado positivo a redução de 16% verificada nas despesas operacionais, sendo que os itens que apresentaram maiores decréscimos foram energia elétrica comprada para revenda, com 21%, bem como 65% nas provisões para devedores, uma vez que no exercício de 2002 não ocorreram contingências expressivas.

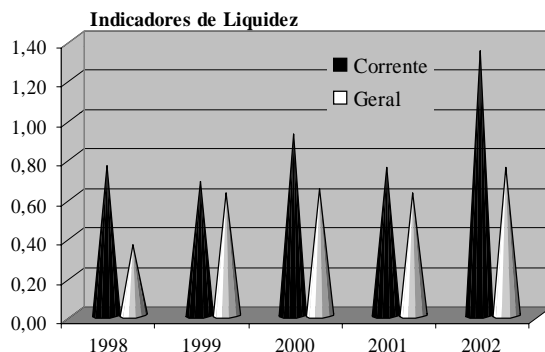
Observa-se que a estrutura operacional já começa a dar sinais de recuperação através da consolidação das ações implementadas para recuperação das perdas operacionais e na estruturação do nível do endividamento visando a adequação do serviço da dívida à geração interna de caixa da atividade de distribuição e comercialização de energia elétrica. Concentrando esforços nessas duas variáveis, a CEAL poderá atingir níveis de resultados significativos, nos próximos exercícios.

5.2 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Os indicadores de liquidez obtidos do Balanço Patrimonial referente ao exercício 2002, são os melhores dos últimos anos apresentados pela CEAL.

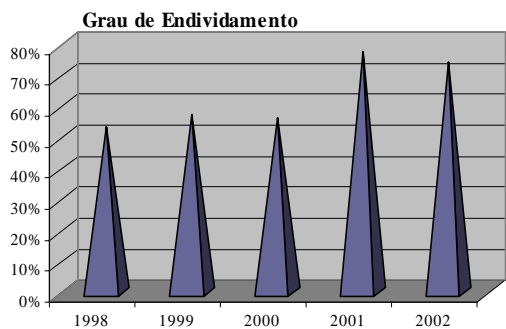
Com o índice de liquidez corrente superior a o índice geral de 0,8, a CEAL assegura ativos para saldar seus compromissos, principalmente aqueles vencíveis num prazo um ano.

Nesse sentido é importante destacar o aporte de capital feito pela ELETROBRÁS, ordem de R\$ 60,5 milhões, totalmente utilizados na quitação de dívidas da CEAL junto à CHESF e ao Mercado Atacadista de Energia – MAE.



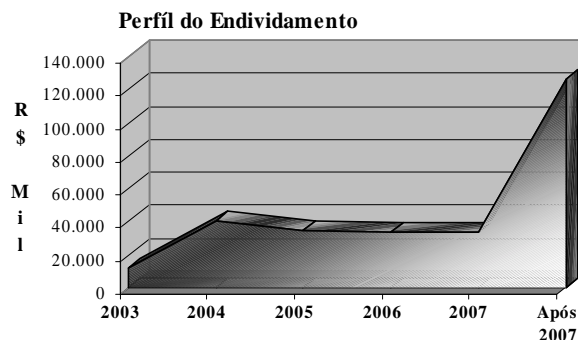
de
1 e
de
da

5.3 NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO



Neste exercício, a participação do capital de terceiros em relação ao capital próprio, continua praticamente no mesmo

patamar do ano 2001, apresentando, contudo, uma redução de três por cento. Ressalte-se que no ano anterior a participação do acionista





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2002

majoritário, ELETROBRÁS, era de 61% e no atual exercício passou para 82%.

Conseqüentemente, esse fato se traduz no perfil do endividamento, o que torna a curva, também, muito semelhante à curva do exercício anterior.

5.4 VALOR ADICIONADO

	2002		2001	
1 - GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
1.1) Receitas de vendas de energia e serviços	335.911		318.071	
1.2) Provisão para devedores duvidosos (Constituição)	(11.890)		(28.492)	
1.3) Receitas não operacionais	362		148	
1.4) Reversão de Provisão	-		(5.635)	
	324.383		284.092	
2 - Insumos adquiridos de terceiros(inclui ICMS e IPI)				
2.1) Custos da energia comprada	130.368		156.476	
2.2) Serviços de terceiros	22.448		17.842	
2.3) Materiais	3.306		3.521	
2.5) Outros custos operacionais	1.789		2.449	
	157.911		180.288	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	166.472		103.804	
4 - RETENÇÕES				
4.1) Quotas de Reintegrações	(17.991)		(17.329)	
4.3) IR e CS diferido	39.374		26.450	
	21.383		9.121	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO (3 - 4)	187.855		112.925	
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
6.1)Receitas Financeiras	13.580		8.452	
	13.580		8.452	
7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5 + 6)	201.435		121.377	
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
8.1) Pessoal e encargos	48.128	23,89%	44.025	36,27%
8.2) Impostos,taxas e contribuições	92.243	45,79%	79.941	65,86%
8.3) Juros	81.539	40,48%	47.775	39,36%
8.4) Aluguéis	3.887	1,93%	2.976	2,45%
8.5) Juros s/Capital Próprio / Dividendos	2.500	1,24%	1.853	1,53%
8.6) Absorção do Lucro do Exercício	(26.862)	-13,34%	(55.193)	-45,47%
	201.435	100,00%	121.377	100,00%

6 INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA

O Estado de Alagoas é suprido, a partir do complexo de Paulo Afonso, por meio de três linhas de 230 kV que levam energia às subestações de Zebu, Abaixadora e Angelim, e, a partir da UHE Xingó, pela linha de transmissão em 500 kV, que interliga a usina à subestação de Messias, de onde parte o suprimento para as SEs Rio Largo II e Maceió (energizada em DEZ/2002). Esta subestação, situada no Tabuleiro do Martins, utiliza a seccionadora 69 kV da CEAL, como pátio de 69 kV. Opera em 230/69 kV – 300 MVA, atendendo a toda a área metropolitana de Maceió e ao polo multifabril de Alagoas.

O suprimento à região sul de Alagoas é efetuado por meio da LT 230 kV Rio Largo-Penedo e da subestação Penedo 230/69 kV – de 100 MVA. Através da Resolução ANNEL Nº 112/2000, a



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2002

CHESF será responsável da implantação do segundo trafo de 100 MVA. A partir de 2003 será derivada da SE Messias 500/230 kV.

O suprimento da CHESF representa quase a totalidade da energia requerida pela CEAL (95,70%), sendo complementada pela CELPE (1,00%), ENERGIPE (1,50%) e cogeração (1,70%).

O sistema elétrico de Distribuição da CEAL é formado por linhas de 69 kV, subestações em 69/13,8 kV e redes de distribuição em 13,8 kV. As linhas de transmissão em 230 e 500 kV que existem no Estado de Alagoas pertencem à rede básica (SIN).

O sistema elétrico de Distribuição em 69 kV da CEAL (referente ao exercício de 2002) é composto por 1.509,80 Km e 33 subestações 69/13,8 kV, com 582,50 MVA instalados. As redes de distribuição urbanas têm uma extensão de 16.351 Km, com 7.479 transformadores, que totalizam 397,34 MVA de potência instalada. O sistema rural é composto por 6.383,62 Km de linhas de distribuição rurais, com 129,37 MVA de potência instalada em transformadores, atendendo a 11.880 consumidores rurais (considerando o Programa Luz no Campo).

A Iluminação Pública é mantida pelas Prefeituras Municipais, com destaque para a cidade de Maceió, onde a Superintendência Municipal de Energia e Iluminação Pública de Maceió (SIMA) realiza um ótimo trabalho.

Em 2002 foi acrescentado ao sistema elétrico de distribuição 69 kV, mais 24 km 4/0 CAA, LT 69 kV Porto Calvo/Maragogi. Está operando provisoriamente em 13,8 kV. Possibilitará a energização da SE 69/13,8 kV Maragogi com 5/6,25 MVA.

Foi iniciada a construção da LT 69 kV Tabuleiro do Martins/Pinheiro com 14 km em 336,4 MCM CA. Conclusão prevista para JUN/2003, a qual irá sanar problemas operacionais, evitar perigo de vida da população que habita sob as linhas existentes.

Foi concluída a primeira fase da construção da nova configuração da SECC. Tabuleiro do Martins, o que já permitiu a energização da SE Maceió 230/69 kV da CHESF, com 300 MVA instalados.

Implantada a automação das SE's Tabuleiro e Pólo, concluindo assim a automação das subestações 69/13,9kV de Maceió, e implantado o controle integrado de automação/proteção da SE SEC São Miguel dos Campos.

Iniciada as obras de implantação da telemedição das fronteiras CEAL/CHESF, exigência da ANEEL.

.Em 2002 foi acrescentado ao sistema elétrico de distribuição 13,8 kV, rede urbana, mais 71,72 km de linha de AT (13,8 kV) em vários pontos do Estado. Foram construídos 81,34 km de linha de BT (0,380 / 0,220 kV) em vários pontos do Estado. Foram implantados 1.035 postes de AT em vários pontos do Estado. Foram implantados 1.188 postes de BT em vários pontos do Estado. Foram implantados 127 transformadores de distribuição em vários pontos do Estado. Foram implantados 7,70 MVA de potência através de transformadores de distribuição em vários pontos do Estado. Foram instalados 39.350 medidores, em todo Estado. Foram recuperados 3.813 consumidores clandestinos.

Em 2002 foi acrescentado ao sistema elétrico de distribuição 13,8 kV, rede de Rural, Foram implantados 60 novos consumidores rurais, 27,83 km de rede 59 trafos, 1,72 MVA. Programa de ligações rurais de terceiros. No Programa Luz no Campo, Até 31.12.2002 foram construídas 540 km de redes de distribuição rural para atendimento a 3.613 domicílios rurais (26% do programa total), foram implantados 332 transformadores, totalizando 3,01 MVA e implantados 6.408 postes.

Em 2002, foi dado andamento ao Programa Luz no Campo, financiado pela ELETROBRÁS, com aplicação nos anos 2002/2004, R\$ 36 milhões, que proporcionarão os benefícios da energia



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2002

elétrica a 14.000 domicílios rurais, dos 60.000 existentes no Estado que não dispõem desse serviço. A disponibilidade da energia na área rural, aumenta a produtividade, pois possibilita o uso de máquinas e motores na agricultura e na pecuária, e além disso aumenta o conforto das famílias. Foram energizados até Dez/2002, 3.813 domicílios rurais. Foi concluídos os levantamentos e cadastramento dos domicílios rurais, pelo ITERAL – Instituto de Terras do Estado de Alagoas. A execução do Programa está sendo realizada pela SEINFRA/AL através de convênio com a CEAL.

Com referência aos índices de desempenho operacional, podemos observar que no ano de 2000 a tendência de melhoria que vinha se verificando desde 1997 foi interrompida, registrando-se valores de DEC e FEC superiores aos de 1998 e 1999, mas em 2001 os índices voltaram aos patamares aceitáveis. Em 2002 os índices mantiveram-se em patamares aceitáveis.

Os baixos níveis de investimentos realizados na expansão e melhoria do Sistema Elétrico, nos últimos anos, em média R\$ 16 milhões, contingenciados pela limitação de tetos orçamentários impostos pelo Governo Federal, e pelas dificuldades financeiras enfrentadas pela Empresa, sem possibilidades de gerar recursos próprios suficientes, para garantir participação nos empreendimentos tem afetado os controles do índices operacionais..

Em 2002 foi utilizados investimentos na ordem de 22 milhões de reais, no sistema elétrico, visando o controle dos índices operacionais, e aumento da oferta de energia, principalmente com a implementação da automação das subestações.

Através do Decreto Nº 4.586 de 05.02.2003, foi aprovado o teto de investimentos da CEAL no montante de 36,5 milhões de reais, o qual possibilitará as melhorias prementes do desempenho operacional.

Maceió, 31 de dezembro de 2002

DIRETORIA EXECUTIVA

Nenói Pinto de Araújo

Diretor Presidente

Henrique Mello de Moraes

Diretor Econômico-Financeiro
e de Relações com o Mercado

James Bolivar Luna de Azevedo

Diretor Comercial

José Geraldo Barbosa Santiago

Diretor Técnico

Rodrigo Soares Gaia

Diretor Administrativo